

MANUEL RAMOS E PAULA OLIVEIRA E SILVA  
**AGOSTINHO DE HIPONA**  
**A VERDADEIRA RELIGIÃO EM UM LIVRO**  
**TEXTO LATINO: PL 34, 134-151<sup>1</sup>**

**1. APRESENTAÇÃO**

A obra de Agostinho de Hipona intitulada *A verdadeira religião em um livro* tem a sua data de composição estabelecida entre os anos 389 e 391 d.C., encontrando-se o seu autor já em África, depois da conversão ao cristianismo operada em Milão e da sua entrada em religião, oficializada pela receção do sacramento do batismo pelas mãos do bispo Ambrósio, na noite de 24 para 25 de Abril de 387.

O período que decorre entre os anos 389 e 391 coincide com um tempo de alguma tranquilidade, para Agostinho. O futuro bispo de Hipona encontra-se em África, na região de Tagaste, onde procura levar uma vida de recolhimento, à semelhança daquela que criara aquando da sua estada em Cassiciaco, nos meses que antecederam o seu batismo. Em Tagaste, ainda livre das responsabilidades eclesíásticas e de governo da comunidade que lhe adviriam com a ordenação de presbítero, em 391 e de bispo, em

---

<sup>1</sup>A versão latina se encontradisponível em  
[http://www.augustinus.it/latino/vera\\_religione/index.htm](http://www.augustinus.it/latino/vera_religione/index.htm)

395, escreve algumas obras direcionadas a combater as teses maniqueístas sobre a origem do mundo e a interpretação que os partidários de Mani fazem do livro do *Génesis*, considerada por Agostinho como profundamente equívoca e fantasiosa. De facto, são deste período os escritos *De Genesi contra Manichaeos* e *De moribus ecclesiae catholicae et de moribus Manicheorum*.

É precisamente neste contexto de elaboração de escritos de contestação das doutrinas de Mani e de seus partidários sobre a origem do mundo e da exegese por eles feita ao livro do *Génesis*, que Agostinho redige *De uera religione liber unus*, obra que, na nossa versão portuguesa, assume o título *A verdadeira religião em um livro*. No prómio desta obra, empregando toda a destreza de *rector romanus*, Agostinho tece um conjunto de considerações sobre a verdadeira religião e a sua importância na direção e conquista da vida feliz e revela que redige esta obra a fim de realizar um antigo compromisso para com Romaniano<sup>2</sup>. A compreensão do alcance desta introdução, escrita a modo de *dedicatio*, obriga a remeter para o primeiro escrito conhecido de Agostinho, a saber, o diálogo *Contra os Académicos*, cuja composição remonta a Cassiciaco, ano 386. De facto, nos dois primeiros livros desta obra, Agostinho recorda o papel providencial deste seu amigo e mecenas na vinda para Itália, no progresso dos

---

<sup>2</sup> *A verdadeira religião em um livro*, 7, 12: «Por isso, como te havia prometido escrever há já alguns anos, meu caríssimo Romaniano, acerca do que eu sentia sobre a verdadeira religião».

estudos e afinal, no itinerário que o levaria a encontrar a verdade. Exortando-o a que também ele percorra um itinerário de busca da verdade, Agostinho compromete-se a enviar-lhe o resultado de «alguma discussão que tenha sobre matéria religiosa»<sup>3</sup>.

Na realidade, a obra trata de uma imensa variedade de temas, muitas vezes buscando lugares paralelos de obras escritas anteriormente, como é o caso de *De ordine* ou de *De libero arbitrio*, outras antecipando temas que serão tratados muito mais tarde, como é o caso da grande e essencial distinção operada por Agostinho entre verdadeira religião e falsas idolatrias, tema tratado abundantemente sobretudo nos primeiros livros de *De ciuitate dei*; ou, ainda encontrando a linha de fronteira entre o conhecimento de Deus cuja origem é a Verdade, contra outras formas de conhecimento que o podem ter por objecto, mas cuja origem é a ação do espírito no confronto com as representações sensíveis, no Livro XII de *De genesi ad litteram duodecim libri*.

Agostinho explora nesta obra as duas vias que, em seu entender, conduzem à verdadeira religião. Uma, a via da autoridade, segue a interpretação das Escrituras, lendo nela a história do mundo e da salvação dos obstáculos à conquista da

---

<sup>3</sup> *Contra Academicos libri tres* II, III, 8: «O outro obstáculo [para alcançar a verdade] é o facto de tu [Romaniano] presumires que talvez já tivesses encontrado algo, embora te tenhas separado de nós ainda na busca e com dúvidas. Contudo, se no espírito permanece algum resíduo de superstição, certamente será eliminado ou quando te enviar alguma disputa que tenhamos entre nós acerca da religião ou quando discutir estas coisas na tua presença”. *Contra Academicos libri tres*, ed. W.M. GREEN, Corpus Christianorum series latina, 29, Brepols, Turnhout 1970, p. 22. Nossa tradução.

felicidade, por parte de um homem-deus que, sendo proposto por todas as religiões, apenas adquire características de verdadeiro mediador e salvador na religião cristã. Essa superioridade manifesta-se pela profecia, pela história e pela efectiva conversão daqueles que aderem ao cristianismo. O outro itinerário de acesso à verdadeira religião é a razão. Ele baseia-se na verificação, por parte da inteligência humana, da bondade efectiva de todas as formas de ser e de todos os acontecimentos da vida humana, os quais, uma vez bem considerados – isto é, avaliados por uma razão recta – tal perfeição só pode ter origem num ser supremo e soberanamente bom. Ambos os itinerários, autoridade e razão, não se excluem, antes convergem nos seus fins e mutuamente se incluem, pois a autoridade apenas antecipa a racionalidade nela contida, e a razão deslinda os traços de um soberano ser que, invisível e imutável, não pode ser conhecido por via estritamente racional, cabendo sempre a adesão fiducial perante um objecto que, embora deduzido racionalmente, excede a razão.

Este escrito de Agostinho é também referência obrigatória nos estudos de estética agostiniana, ou, para evitar o anacronismo do termo, nos itinerários para Deus mediante a percepção da beleza das formas sensíveis, que pululam a obra de Agostinho. O trecho que aqui reproduzimos ilustra precisamente uma dessas passagens e por esse mesmo motivo o seleccionamos. Para além da própria beleza retórica do texto, ele ilustra a profundidade dos itinerários da razão descritos por Agostinho e permite avaliar até que ponto

uma obra que, a fixarmo-nos no seu título, pouco teria de «filosófico», arrecada uma enorme riqueza como alimento para a reflexão racional.

O trecho reproduzido é parte da edição completa da obra, recentemente editada no âmbito do Projeto *Imago Mundi*, do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e cuja informação detalhada pode ser encontrada aqui [http://ifilosofia.up.pt/proj/imago\\_mundi](http://ifilosofia.up.pt/proj/imago_mundi) (acesso: 23.08.2013). A tradução da obra foi feita a duas mãos, entre Paula Oliveira e Silva e Manuel Ramos, sendo a introdução e as notas da responsabilidade apenas daquela autora<sup>4</sup>.

A edição latina reproduzida naquela publicação e sobre a qual está realizada a tradução é a do *Corpus Christianorum Series Latina* cujos direitos os editores adquiriram e que não está disponível online. Por esse motivo, aqui indica-se a referência ao texto latino da Patrologia. Um especial agradecimento cumpre ao Diretor da Coleção, Professor Doutor José Meirinhos, e ao Gabinete de Filosofia Medieval, que dirige, pois enquanto detentor dos direitos sobre a edição impressa gentilmente autorizou esta reprodução parcial.

---

<sup>4</sup> AGOSTINHO DE HIPONA, *A verdadeira religião em um livro*, Introdução de Paula Oliveira e Silva, tradução de Paula Oliveira e Silva e Manuel Francisco Ramos, col. *Imago Mundi*, vol. 4, Afrontamento, Porto 2012.

**Tradução parcial**  
**Agostinho de Hipona**  
**A verdadeira religião em um livro**  
**Capítulos 30 a 35**

30.56. E uma vez que todas as coisas que são belas para os sentidos, quer provenham da natureza, quer sejam produzidas pelas artes, são belas num espaço e num tempo, como o corpo e o movimento do corpo; e aquela igualdade e unidade apenas percebida pela mente, segundo a qual, por intermédio dos sentidos, se julga acerca da beleza corpórea, nem se distende pelo espaço, nem é mutável no tempo. Na verdade, não se pode dizer correctamente que se julga de acordo com ela a forma redonda de uma roda e não se julga de acordo com ela a forma redonda de um vaso; ou então que se julga de acordo com ela a forma redonda de um vaso e não de acordo com ela a forma redonda de uma moeda. Igualmente, nos tempos e nos movimentos dos corpos é ridículo dizer-se que se julga de acordo com ela a igualdade dos anos, mas não de acordo com ela a igualdade dos meses; ou então, que se julga de acordo com ela a igualdade dos meses e não de acordo com ela a igualdade dos dias. Mas se algo se move convenientemente, quer por estes espaços, quer pelas horas, quer por momentos mais breves, julga-se por uma única e mesma igualdade imutável. Pois se as extensões maiores ou menores das figuras e dos movimentos são julgadas de acordo com a mesma lei da igualdade ou semelhança ou congruência, a própria lei é maior do que todas estas coisas, mas por potência. Além disso, quanto ao espaço, ao lugar ou ao tempo, não é maior, nem menor; porque se fosse maior, não julgaríamos o que é menor de acordo com toda ela e, se fosse menor, não julgaríamos de acordo com ela o que é

maior. Mas de facto é de acordo com toda a lei da quadratura que se julga se a praça pública é quadrada, ou se uma pedra é quadrada ou se uma tabuinha ou jóias são quadradas; e de novo é de acordo com toda a lei da proporção que se julga serem-lhe convenientes o movimento dos pés de uma formiga que corre e se julga de acordo com ela o movimento de um elefante que caminha: quem duvidará que ela não é maior nem menor pelos intervalos de lugar e tempo quando por potência ultrapassa todas as coisas? Mas como esta lei de todas as artes é absolutamente imutável e, pelo contrário, a mente humana, à qual foi concedido ver uma tal lei, pode estar sujeita à mutabilidade do erro, é bastante evidente que tal lei, que se chama verdade, está acima da nossa mente.

31.57. Nem se deve duvidar de que a natureza imutável, que está acima da alma racional, é Deus. E a primeira vida e a primeira essência está onde está a primeira sabedoria. Na verdade, esta é aquela verdade imutável que com razão se chama lei de todas as artes e arte do artífice onnipotente. Assim, uma vez que a alma percebe que não julga a beleza e o movimento dos corpos de acordo consigo própria, é necessário que reconheça ao mesmo tempo que a sua natureza está acima da natureza acerca da qual julga; por sua vez, acima dela está a natureza segundo a qual ela julga e acerca da qual de modo nenhum pode julgar. De facto, posso dizer por que motivo deve existir, nos membros de qualquer corpo, uma correspondência entre cada uma das partes de coisa semelhantes entre si, porque me deleito com a suprema igualdade, que não contemplo com os olhos, mas com a mente. Por conseguinte, julgo que são tanto melhores as coisas que distingo com os olhos, quanto mais estão próximas, pela sua natureza, daquelas que entendo com o espírito. Mas o motivo pelo qual as coisas são assim ninguém o pode afirmar; nem tão pouco alguém diga, falando com sobriedade, que deve ser assim, como se pudessem não ser assim.

31.58. Mas por que motivo há coisas que nos agradam e por que razão, quanto melhor as sabemos, mais intensamente as amamos, não haverá ninguém, se percebe convenientemente do assunto, que o ouse afirmar. De facto, tal como nós e todas as almas racionais julgamos rectamente, de acordo com a verdade, acerca dos inferiores, assim também só a própria verdade julga acerca de nós, quando nos unimos a ela. E acerca dela própria nem o Pai julga: de facto, ela não é menor do que ele e por isso, aquilo que o Pai julga, julga-o por ela própria. De facto, tudo aquilo que tende para a unidade tem esta regra ou forma ou exemplo ou qualquer outra palavra com que se possa dizer; porque só ela realizou plenamente a semelhança d' Aquele de quem recebeu ser; se, todavia, não se diz incongruentemente “receber”, para com esse significado designar o Filho, porque não provem de si mesmo, mas do primeiro e supremo princípio que se chama Pai; “*de quem toda a paternidade no céu e na terra recebe o nome*”<sup>5</sup>. Portanto, o Pai não julga ninguém, mas deu todo o juízo ao Filho”<sup>6</sup>; e “*o homem espiritual julga todas as coisas, mas ele próprio não é julgado por ninguém*”<sup>7</sup>, ou seja, por nenhum homem, mas somente pela própria lei segundo a qual julga todas as coisas. Porque também se disse com absoluta verdade: “*é necessário que todos nós compareçamos ante o tribunal de Cristo*”<sup>8</sup>. Portanto, julga todas as coisas, porque está acima de tudo, quando está com Deus<sup>9</sup>. Porém, está com ele

---

<sup>5</sup> Efésios 3, 15.

<sup>6</sup> João 5, 22.

<sup>7</sup> 1 Coríntios 2, 15.

<sup>8</sup> 2 Coríntios 5, 10.

<sup>9</sup> A expressão *esse cum Deo* em Agostinho significa a assunção livre, por parte da criatura racional, na adesão ao bem supremo. Já no Diálogo sobre a Ordem II, 6, 18-19, esta expressão fora objecto de análise. Distingue-se da dependência ontológica que decorre necessariamente do facto de a criatura não ter em si a razão do seu ser, porque mutável e formável. Esse cum Deo descreve o estado da assunção livre da própria forma, como resultado de um processo de conversão à Forma primordial. Ver a este propósito, Paula Oliveira e Silva,



quando entende purissimamente e quando, com total caridade, ama aquilo que entende. E assim, tanto quanto pode, ele próprio se torna a própria lei de acordo com a qual julga todas as coisas e acerca da qual ninguém pode julgar. O que foi dito vale para as leis temporais: embora os homens, quando as instituem, julguem acerca delas, contudo, quando estiverem instituídas e estabelecidas, não será lícito ao juiz julgar acerca delas, mas julgar de acordo com elas. Porém, o fundador das leis temporais, se é um homem bom e sábio, consulta a própria lei eterna, acerca da qual não foi dado julgar a nenhuma alma, a fim de discernir de acordo com as suas regras imutáveis aquilo que, segundo as circunstâncias, se deve mandar ou proibir. Por isso, às almas puras é lícito conhecer a lei eterna, mas não lhes é lícito julgá-la. A diferença entre conhecer e julgar consiste nisto: para conhecer basta que vejamos se algo é ou não é assim; mas para julgar acrescentamos algo pelo qual significamos que pode também ser de outro modo, como quando dizemos: “Deve ser assim” ou “devia ser assim” ou “deverá ser assim”, como fazem os artífices nas suas obras.

32. 59. Mas para muitos o fim é o deleite humano e não querem tender para as realidades superiores, de modo a julgarem por que razão as visíveis agradam. Assim, se eu perguntar a um arquitecto por que razão, tendo construído um arco, constrói outro igual no lado oposto, responderá, creio eu, que é para que os elementos iguais do edifício correspondam com iguais. Se continuar a perguntar por que razão optou por isso mesmo, dirá que é por ser conveniente, é por ser belo e é por deleitar os que observam: não ousará dizer mais. Com efeito, tendo os olhos voltados para baixo, reclinase, e não entende de onde procede essa inclinação. Mas eu não desistirei de admoestar o homem dotado de olhar interior, e que vê invisivelmente, perguntando por que razão

---

“Esse cum deo” in Agostinho de Hipona, *Diálogo sobre a ordem*, op. cit, nota complementar, pp. 249-252.

estas coisas agradam, a fim de que ouse ser juiz do próprio deleite humano. Deste modo de facto ultrapassá-lo-á e não será dominado por ele, na medida em que não julga de acordo com ele, mas julga-o a ele próprio. E primeiro perguntarei se as coisas são belas porque deleitam ou se deleitam porque são belas. Este sem duvidar responder-me-á que deleitam porque são belas. Perguntar-lhe-ei, então, de novo, por que razão são belas. E, se titubear, sugerir-lhe-ei se será porque as partes são entre si semelhantes e se reconduzem a uma única concordância, por meio de alguma associação.

32. 60. E quando se tiver convencido de que assim é, perguntarei se alcançam de modo supremo esta mesma unidade, para a qual mostram claramente que tendem, ou se ficam muito abaixo dela e são de certo modo apenas a imitam. E se assim é - e na verdade, quem não verá, uma vez advertido, que não há nenhuma forma, nem absolutamente nenhum corpo, que não tenha em si algum vestígio de unidade; e que, mesmo que seja um corpo belíssimo, não pode alcançar aquela unidade a que tende, dado que tem uma parte aqui e outra ali, dispondo-se necessariamente em diferentes lugares?- portanto, se isto é assim, instigarei a que responda onde vê esta mesma unidade ou a partir de onde a vê, pois se a não visse a visse, de onde conheceria aquilo que as formas dos corpos imitam e aquilo que ela não pode alcançar?

Mas de facto, quando diz aos corpos: “Vós certamente não seríeis nada, a não ser que alguma unidade vos sustentasse; mas por outro lado, se vós fosseis a própria unidade, não seríeis corpos”; com razão se lhe dirá: “ De onde vem o conhecimento desta unidade, de acordo com a qual julgas os corpos? Pois não poderias julgar a não ser que visses que os corpos não a realizam plenamente. Porém, se a visses com estes olhos corpóreos, não dirias com verdade que, embora contenham um vestígio dela,

contudo uma grande distância os separa dela? Na verdade, com estes olhos do corpo não vês senão coisas corpóreas. Portanto, é com a mente que a vemos. Mas onde a vemos? Se fosse no lugar onde está o nosso corpo, não a veria aquele que, no Oriente, julga deste modo acerca dos corpos. Portanto, ela não está confinada ao lugar. E, uma vez que está presente em todo o lugar onde haja quem a julgue, nunca está em nenhum lugar no espaço e, por potência, nunca está ausente.

33. 61. Se os corpos iludem acerca dela, não devemos acreditar naqueles que iludem, para não cairmos na vaidade dos que se envaidecem; mas devemos antes investigar – dado que iludem acerca dela porque parece que a mostram aos olhos carnis, quando ela apenas pode ser vista por uma mente pura – se iludem na medida em que lhe são semelhantes ou na medida em que não a alcançam. Na verdade, se a alcançassem, realizariam plenamente aquilo que imitam. Mas se realizassem plenamente, seriam absolutamente semelhantes. Se fossem absolutamente semelhantes, nada se interporia entre aquela natureza e esta. E se fosse assim, não a iludiriam: de facto, seriam o mesmo que ela é. Contudo, eles não iludem os que observam com mais atenção: porque ilude aquele que quer parecer o que não é. Mas o que, não querendo, é tomado por outra coisa diferente daquilo que é, não ilude, mas contudo engana. Na verdade, o que ilude distingue-se do que engana pelo facto de que, em todo o que ilude, inere a vontade de enganar, mesmo se não se lhe der crédito. Contudo, não pode ser enganador aquele que não engana. Por isso, a forma corpórea, dado que não tem nenhuma vontade, não ilude. E, se não for tomada por aquilo que não é, também não engana.

34. 62. Mas nem mesmo os próprios olhos enganam. De facto, eles não podem anunciar ao espírito a não ser a sua afecção. E se,

não só eles, mas todos os sentidos do corpo anunciam tal como são afectados, não sei que mais deveremos exigir deles. Por isso, elimina os que se envaidecem e nenhuma vaidade existirá. Se alguém opinar que o remo na água está partido e que, quando daí se retira, está inteiro, não tem um mau mensageiro, mas é um mau juiz. De facto, aquele, por sua natureza, não podia nem devia percepcioná-lo na água de outro modo. De facto, se uma coisa é o ar e outra a água, é justo que se perceba de um modo no ar e de outro na água. O olho, contudo, vê correctamente. E de facto ele foi feito apenas para ser capaz disso. Mas o espírito, ao qual a mente foi dada para contemplar a beleza suprema, vê de modo perverso, pois não foi feito olho. Contudo, ele quer converter a mente para os corpos e os olhos para Deus. Procura de facto compreender as coisas carnis e ver as espirituais, o que não pode fazer-se.

34. 63. Por isso, esta perversão deve corrigir-se, porque a não ser que ponha o que está no alto, em baixo, e o que está em baixo, no alto, o espírito não será apto para o reino dos céus. Não procuremos portanto as coisas supremas nas ínfimas, nem tenhamos inveja das ínfimas. Julguemo-las, para não sermos julgados juntamente com elas. Isto é, atribuamos-lhe o que merece a forma ínfima, para que não suceda que, enquanto procuramos as realidades primeiras entre as últimas, sejamos contados pelos primeiros, entre as últimas. De facto, isso em nada prejudica as realidades ínfimas, mas a nós prejudica-nos muitíssimo. E não é por este motivo que se torna menos digno o governo da providência divina, pois os injustos estão ordenados de modo justo e os disformes de modo belo. E se formos enganados pela beleza das coisas visíveis - pois por um lado são sustentadas pela unidade, e por outro não a realizam de modo perfeito - compreendamos, se pudermos, que não somos enganados por aquilo que é, mas por aquilo que não é. Na verdade, todo o corpo é um verdadeiro corpo,

mas uma falsa unidade. De facto, não é o uno supremo ou, ao menos, não o imita ao ponto de o realizar plenamente. E contudo ele próprio não seria corpo a não ser que fosse de algum modo uno. Por outro lado, não poderia ser de algum modo uno, a não ser que o recebesse daquele que é a suprema unidade.

34. 64. Ó almas obstinadas, dai-me quem veja sem nenhuma imaginação das visões carnis! Dai-me quem veja que o princípio de tudo o que é uno não é senão um só, a partir do qual existe tudo o que é uno, quer o realize plenamente, quer não. Dai-me que veja, não quem entre em *querelas, não quem queira parecer que viu o que não vê*. Dai-me quem resista aos sentidos da carne e aos ferimentos pelos quais, por meio daqueles, foi derrotado na alma; quem resista aos costumes dos homens, quem resista aos louvores dos homens, *quem se arrependa no seu interior*<sup>10</sup>, quem cinzele o seu espírito, quem não ame vaidades exteriores e procure ilusões<sup>11</sup>, em suma, quem, saiba dizer a si próprio: “se não há mais do que uma só Roma, que se diz ter sido fundada por um certo Rómulo junto ao Tibre, é falsa esta que eu imagino com o meu pensamento. Não é de facto a mesma, nem ali estou com o espírito, pois se assim fosse certamente saberia o que agora aí se faz. Se o Sol é um, é falso este que eu imagino com o pensamento. De facto, aquele percorre a sua orbita num espaço e tempo determinados, e este, coloco-o onde quero e quando quero. Se é um aquele meu amigo, é falso este que eu imagino com o pensamento, pois aquele eu ignoro onde esteja e este imagino-o onde quero. Eu próprio, certamente, sou um e percepciono o meu corpo neste lugar. E contudo, com o artifício do pensamento, viajo para onde me apraz e falo com quem quero. Tudo isto é falso e ninguém entende o falso. Portanto, quando contemplo estas coisas e acredito nelas, não as entendo.

---

<sup>10</sup> Cf. *Ps* 4, 5.

<sup>11</sup> Cf. *Ps* 4, 3

Porque se é verdadeiro, é necessário que o contemple com o intelecto. Acaso serão verdadeiras as coisas a que costumamos chamar imagens? De onde provém então que a minha alma esteja repleta de ilusões? Onde está o verdadeiro que se concebe com a mente?” Pensando deste modo, já se pode dizer: aquela luz, pela qual reconheces que estas coisas não são verdadeiras, é verdadeira. Por meio dela, vês aquele uno, pelo qual julgas que é uno tudo o mais que vês, e que tudo o que vês que é mutável não é o que ele é.

35. 65. Se o olho da mente se agita pelo desejo de ver estas realidades, acalmai-o. Não queirais combater a não ser contra a habitação dos corpos. Vencei-a e tudo o mais será vencido. Certamente, procuramos o uno em relação ao qual nada é simples. Então, *procuremo-lo na simplicidade do coração*<sup>12</sup>. *Praticai o ócio*, está dito, *e sabereis que eu sou o Senhor*<sup>13</sup>. Não o ócio da indolência, mas o ócio do pensamento, a fim de que vos esvazieis dos espaços e dos tempos. De facto, as imagens que provêm da excitação e da inconstância não permitem ver a unidade permanente. Os espaços oferecem-nos o que amar, os tempos surripiam o que amamos e deixam na alma o turbilhão das imagens, pelas quais a cupidez é estimulada para isto e para aquilo. E assim o espírito torna-se inquieto e perturbado, em vão desejando possuir aquilo pelo qual é possuído. É então convidado ao ócio, isto é, a não amar estas coisas que não podem ser amadas sem fadiga. Assim, de facto, dominá-las-á, assim não será possuído por elas mas possui-las-á. Está dito: *o meu jugo é suave*<sup>14</sup>. Quem está submetido a este jugo tem tudo o mais submetido. Portanto, não se afadigará, pois de facto aquilo que está submetido não oferece

---

<sup>12</sup> Cf. *Sap* 1, 1.

<sup>13</sup> *Ps* 45, 11.

<sup>14</sup> *Mat* 11, 30.

resistência. *Mas os infelizes amigos deste mundo*<sup>15</sup> - do qual serão senhores, *se quiserem ser filhos de Deus*<sup>16</sup>, porque lhes foi dado o poder de se tornarem filhos de Deus; os amigos deste mundo, portanto, temem tanto separar-se do seu abraço que nada lhes produz mais fadiga do que não se afadigar.

---

<sup>15</sup> Cf. *Iac* 4, 4.

<sup>16</sup> Cf. *Io* 1, 12.